

Conjuntura econômica e o setor de transporte

Retomada do crescimento econômico estimula a demanda por transporte

A atividade econômica global continua acelerando. Os números do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que 2017 provavelmente será o melhor ano desde 2011 em termos de expansão do PIB e comércio mundiais. No relatório "Panorama da Economia Mundial" divulgado neste mês de janeiro, a instituição calcula que a produção mundial tenha crescido 3,7% em 2017, e que avançará 3,9% em 2018 e 2019¹ (Tabela 1). O volume de bens e serviços transacionados no comércio internacional deve ter crescido 4,7% no ano passado, com projeção que cresça 4,6% em 2018 e 4,4% em 2019. Os dados também apontam sinais que a economia brasileira parece ter entrado novamente nos trilhos do desenvolvimento. Para o Brasil, o FMI estima que o PIB tenha crescido 1,1% em 2017 e que tem potencial para avançar 1,9% este ano e 2,1% em 2019, acompanhando, embora em ritmo mais lento, o cenário de crescimento disseminado da economia mundial. A instituição também projeta expansão do PIB para os principais parceiros comerciais do Brasil neste e no próximo ano, como China, Estados Unidos, Argentina, Área do Euro e América Latina e Caribe. Já as expectativas dos analistas brasileiros, contidas nas pesquisas Focus do Banco Central, é de aumento de 1,0% do PIB em 2017, de 2,7% em 2018 e 3,0% em 2019².

Uma vez que o transporte, ao facilitar o deslocamento de cargas e de passageiros no território nacional, fornece serviços para todas as áreas da economia, a melhoria do PIB em 2017 e nos próximos anos deverá impactar positivamente o setor, que foi severamente prejudicado pela recessão de 2015-2016. Contudo, o momento é de otimismo moderado, uma vez que a continuidade do processo de recuperação da economia brasileira depende fundamentalmente da solução de alguns entraves, tais como a aprovação da reforma da previdência, da retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, da intensificação dos programas de concessões e do prosseguimento com as reformas essenciais do Estado, como a simplificação do sistema tributário.

Tabela 1 – Crescimento do PIB (%) - Observado e Projeções FMI

Crescimento real do PIB (%)	2015	2016	2017 (e)	2018 (p)	2019 (p)
Mundo	3,4	3,2	3,7	3,9	3,9
Economias desenvolvidas	2,1	1,7	2,3	2,3	2,2
Estados Unidos	2,9	1,5	2,3	2,7	2,5
Área do Euro	2,0	1,8	2,4	2,2	2,0
Reino Unido	2,3	1,9	1,7	1,5	1,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,3	4,4	4,7	4,9	5,0
China	6,9	6,7	6,8	6,6	6,4
América Latina e Caribe	0,1	-0,7	1,3	1,9	2,6
Brasil	-3,5	-3,5	1,1	1,9	2,1
Comércio Internacional - Volume	2,8	2,5	4,7	4,6	4,4

Fonte: WEO - Janeiro de 2018.
(e) = estimado ; (p) = projeção

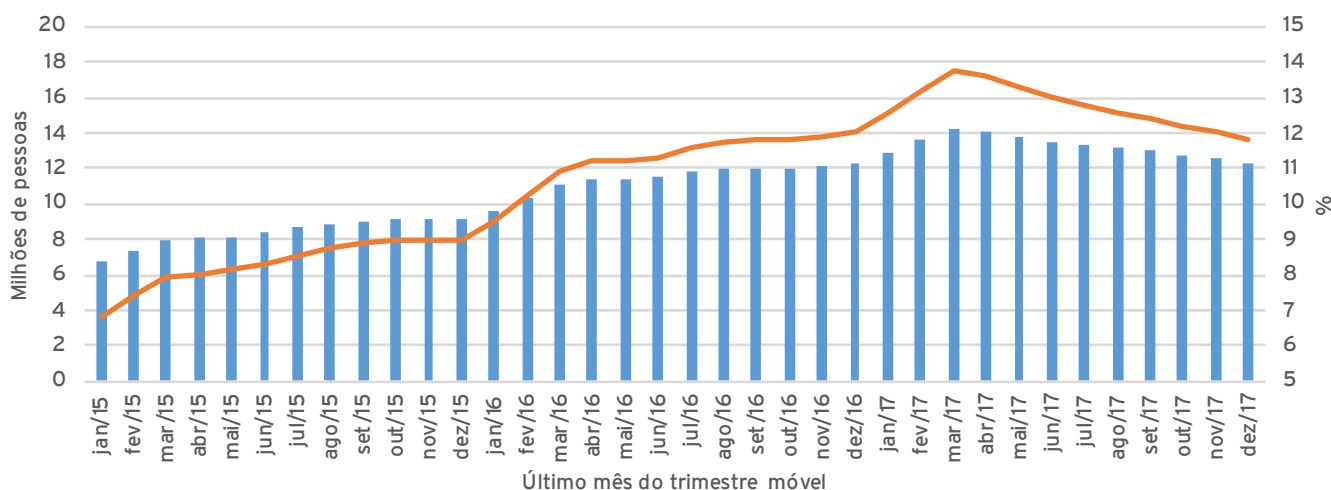
Embora em queda, taxa de desemprego continua alta

A taxa de desemprego no Brasil - medida pela razão entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas que fazem parte da força de trabalho - fechou o último trimestre 2017 em 11,8%, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é positivo considerando que houve uma queda de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação ao último trimestre de 2016 e de 1,9 p.p. em comparação com o fechamento do primeiro trimestre de 2017, quando atingiu o ápice de 13,7% depois de nove trimestres consecutivos de alta (Gráfico 1).

No entanto, a taxa de desemprego ainda está elevada no país, dado que existem cerca de 12,3 milhões de pessoas em busca de trabalho. A recuperação do emprego em 2017 se deu principalmente pela criação de postos de trabalho no mercado informal, já que os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o Brasil encerrou o ano com o fechamento de 28 mil vagas no setor formal. Embora ruim, o saldo de 2017 é melhor do que os registrados em 2016 (-1,3 milhão de vagas) e em 2015 (-1,5 milhão de vagas).

O reaquecimento do mercado de trabalho é benéfico a todo o setor transportador, tanto para os transportadores de cargas, que serão favorecidos com o aumento da produção e da movimentação de mercadorias, quanto para as empresas que atuam no transporte passageiros, em especial aquelas responsáveis pelos deslocamentos casa-trabalho nas cidades brasileiras.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação (%) e Força de trabalho desocupada (milhões de pessoas)



■ Força de trabalho desocupada - eixo esquerdo — Taxa de desocupação - % - eixo direito

Fonte: PNAD Contínua - IBGE. Elaboração própria.

Alta de preço dos insumos, principalmente combustíveis, pressiona o custo operacional dos transportadores

A inflação oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano de 2017 com aumento acumulado de apenas 2,95%, menor alta de preços desde 1998, quando o índice foi de 1,65%, e 3,34 p.p. abaixo dos 6,29% registrados em 2016 (Tabela 2). Para 2018, a expectativa dos analistas ouvidos pelo Banco Central é que o IPCA feche o ano com alta de 3,95%.

Tabela 2 - IPCA - Variação acumulada no ano (%)

Descrição	2015	2016	2017
Geral	10,69	6,29	2,95
Alimentação e bebidas	12,00	8,62	-1,87
Habitação	18,44	2,85	6,26
Artigos de residência	5,38	3,41	-1,48
Vestuário	4,53	3,55	2,88
Transportes	10,13	4,22	4,10
Transporte público	9,12	7,78	3,78
Veículo próprio	4,55	2,91	1,30
Combustíveis (veículos)	21,44	3,25	8,86
Gasolina	20,09	2,54	10,32
Etanol	29,73	6,67	3,18
Óleo diesel	13,17	2,21	8,35
Gás veicular	15,30	0,56	8,19
Saúde e cuidados pessoais	9,23	11,04	6,52
Despesas pessoais	9,44	8,00	4,39
Educação	9,24	8,86	7,11
Comunicação	2,09	1,27	1,76

Fonte: IBGE.

Esse resultado se deve principalmente à deflação dos preços dos alimentos³. O grupo Alimentação e Bebidas, que tem peso de aproximadamente 25% nas despesas familiares, teve queda de 1,87%, impactando negativamente o índice em 0,48 p.p. Foi a primeira vez que houve deflação neste grupo desde o início do Plano Real.

Por outro lado, os grupos Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais e Transportes, foram os segmentos que mais influenciaram positivamente o índice. Juntos, eles contribuíram com 2,45 p.p., ou seja, foram responsáveis por 83% do aumento de 2,95% do IPCA em 2017.

Especificamente no grupo Transportes, que detêm peso de 18% nas despesas familiares -- superado apenas pelos alimentos --, a alta foi de 4,10%. Destaque para os preços dos combustíveis, que subiram em média 8,86%, em especial da gasolina, que avançou 10,32% em 2017, e do diesel, que aumentou 8,35%. Eles ficaram mais caros em razão da nova política de preços da Petrobras, que prevê reajuste diário de preços das refinarias para as distribuidoras, acompanhando a taxa de câmbio e as cotações de petróleo e derivados no mercado internacional. O aumento é explicado principalmente pelo encarecimento dos preços de petróleo e derivados, uma vez que a taxa de câmbio ficou relativamente estável no período. Ademais, contribuiu para elevação dos preços no mercado interno a majoração, também em julho, da alíquota do PIS/Cofins dos combustíveis, contribuindo para a subida dos preços no mercado interno. No diesel, a alta foi de R\$ 0,21. Na gasolina a elevação foi de R\$ 0,41 por litro e de R\$ 0,20 por litro de etanol.

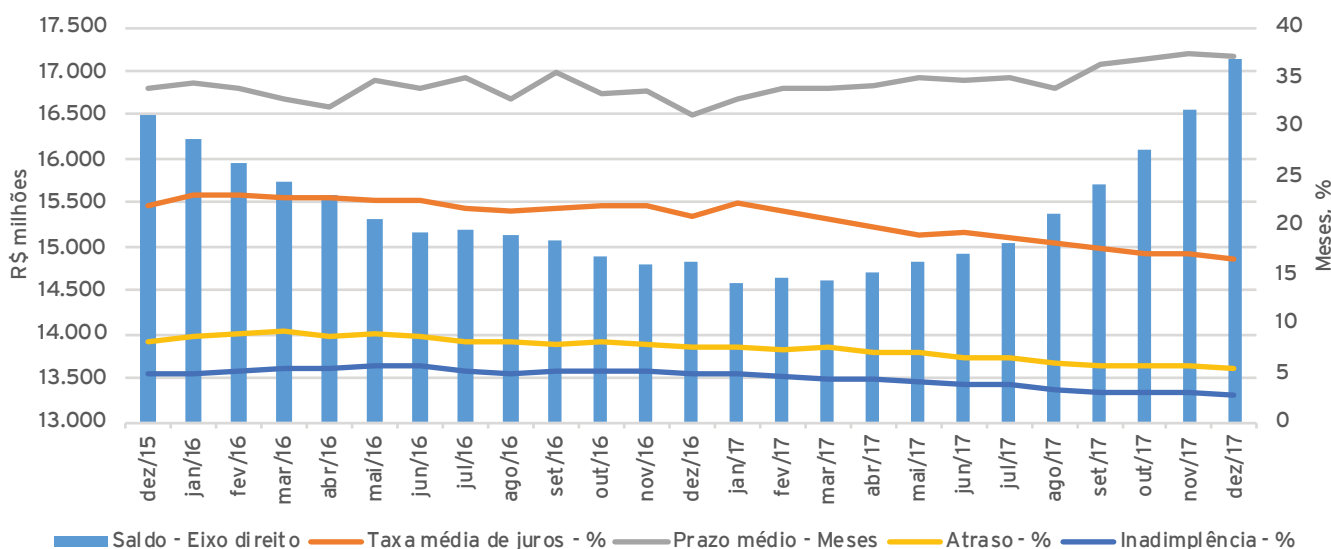
Portanto, embora a inflação medida pelo IPCA tenha sido baixa no ano de 2017, a elevação dos preços dos combustíveis, um dos principais insumos empregados na prestação dos serviços de transporte, foi bastante elevada e prejudicou as margens das empresas do setor, aumentando o custo operacional dos serviços, conforme antecipado pela Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador 2017.

Crédito livre para aquisição de veículos começa a ganhar tração

A desaceleração intensa da inflação corrente e os bons números para a inflação futura permitiram ao Banco Central o corte significativo da taxa básica de juros da economia brasileira - a SELIC --, que fechou 2017 em 7% ao ano, menor patamar desde o início da série histórica, em 1986. A diminuição da taxa básica teve reflexos positivos, embora tímidos, no crédito livre para aquisição de veículos. Os indicadores divulgados pelo Banco Central mostram que, concomitantemente ao aumento do saldo total de crédito, houve queda da taxa média de juros, aumento do prazo médio para pagamento dos empréstimos e também diminuição do percentual de empréstimos atrasados entre 15 e 90 dias e de inadimplentes⁴.

Após queda em 2016 em virtude da recessão econômica, o saldo de crédito livre para aquisição de veículos no Brasil, tanto de pessoas jurídicas quanto físicas, aumentou no ano de 2017. No primeiro caso, passou de um montante de R\$ 14,82 bilhões no final de dezembro de 2016 para R\$ 17,13 no final do ano passado (+15,6%). No segundo, o valor subiu de R\$ 143,55 bilhões para R\$ 149,68 (+4,3%).

Gráfico 2 - Indicadores de crédito livre para aquisição de veículos - Pessoas jurídicas



Fonte: Indicadores de crédito do sistema financeiro do Banco Central. Elaboração própria.

Para as empresas (Gráfico 2), o custo médio do financiamento de veículos passou de 20,9% em dezembro de 2016 para 16,6% em dezembro do ano passado, queda de 4,3 p.p. No mesmo período, o prazo médio para pagamento dos empréstimos passou de 31 para 37 meses, os atrasos entre 15 e 90 dias caíram de 7,5% do saldo total para 5,5%, e a inadimplência, que são os atrasos superiores a 90 dias, passou de 5,0% para 2,7%. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros para o financiamento de veículos passou de 25,7% em dezembro de 2016 para 22,2% em dezembro de 2017, diminuição de 3,5 p.p. No mesmo período, o prazo médio para pagamento dos empréstimos ficou praticamente estável -- em torno de 42 meses -- e o percentual de atrasos caiu 0,7 p.p., passando de 7,0% para 6,3%. A inadimplência também caiu, passando de 4,6% no final de 2016 para 3,8% no final do ano passado.

Com a melhoria das condições do crédito, em especial aquele voltado para aquisição de veículos, conjuntamente com o aumento da confiança dos empresários, espera-se que sejam retomados os investimentos em ampliação e renovação da frota nacional. Contudo, a manutenção da taxa básica de juros nos níveis atuais depende do enfrentamento do problema fiscal, com ênfase na reforma da previdência.

Superávit da balança comercial bate recorde, mas abertura comercial precisa avançar

A balança comercial brasileira fechou 2017 com superávit de US\$ 66,99 bilhões, melhor resultado desde 1989, ano de início da série histórica divulgada do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O saldo recorde é explicado pelo crescimento das exportações superior ao das importações. As vendas externas foram beneficiadas pelo cenário externo favorável e pela valorização dos preços das commodities no mercado internacional.

Em todo o ano de 2017, as exportações somaram US\$ 217,74 bilhões, alta de 18,5% sobre 2016, mas ainda inferior às vendas anuais registradas entre 2011 e 2014. Esse valor é resultado tanto do aumento da quantidade de produtos exportados (+7,6%) quanto do preço dos produtos vendidos (+10,1%). As importações alcançaram US\$ 150,7 bilhões, alta de 10,5% em relação a 2016. Apesar do bom resultado, o volume de transações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo ainda não retornaram aos níveis pré-crise. China, Estados Unidos e Argentina são nossos principais parceiros comerciais.

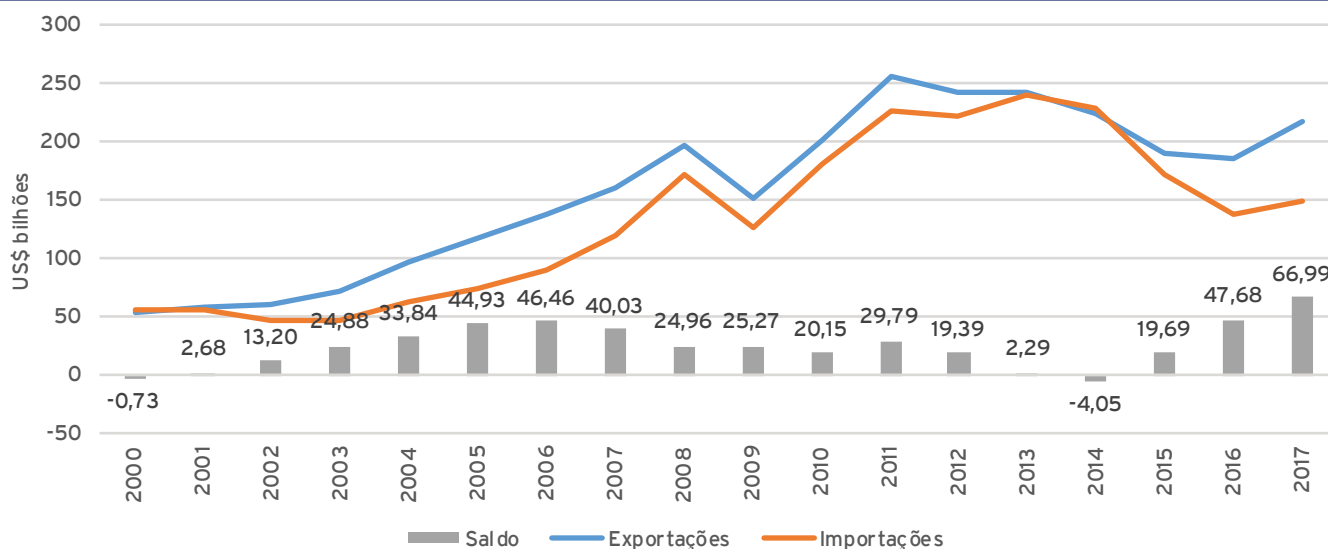
No comércio exterior, os portos são as infraestruturas de transporte protagonistas. Em 2017, do total de 691,91 milhões de toneladas de produtos vendidos e levados ao exterior, 96,35% saíram por via marítima e 2,30% por via fluvial, e, das 147,95 milhões de toneladas de produtos importados e trazidos ao Brasil no mesmo ano, 91,32% entraram por via marítima, 4,32% pelo transporte dutoviário (gás natural), e 3,56% por via rodoviária.

Embora o transporte marítimo de longo curso das mercadorias brasileiras seja feito majoritariamente por empresas de navegação estrangeiras, o crescimento do volume de comércio internacional aumenta, especialmente, a demanda pelo transporte terrestre -- rodoviário e ferroviário -- e pelos serviços de navegação interior e cabotagem, seja no sentido do estabelecimento de origem ao porto de embarque para o exterior (exportação) ou do porto de origem da mercadoria importada para o estabelecimento de destino em território nacional (importação).

A expectativa de mercado, contida na pesquisa Focus do Banco Central, é que este ano o saldo comercial será positivo em US\$ 53,00 bilhões, que, se confirmado, será o segundo maior valor desde o início da série histórica, atrás apenas do resultado de 2017. Assim, o aumento no fluxo de comércio e conseqüentemente da demanda pelos serviços de transporte são aspectos positivos da retomada do crescimento.

Contudo, é importante destacar que, ainda que resultados da balança comercial sejam animadores, nosso país é extremamente fechado ao comércio internacional. Mesmo que seja uma das dez maiores economias do mundo, a economia brasileira está entre as últimas em termos de abertura comercial. Em 2016, a soma de todas as exportações e importações de bens e serviços foi equivalente a apenas 24,6% do PIB nacional, número bastante inferior, por exemplo, à média da América Latina (43,2%) e dos países membros da OCDE (55,1%)⁵. A baixa integração comercial, somada à infraestrutura precária e ao ambiente de negócios complexo, prejudica significativamente a produtividade dos trabalhadores e das empresas locais.

Gráfico 3 - Evolução da Balança Comercial - 2000-2017



Fonte: Aliceweb, MDIC. Elaboração própria.

Considerações finais

Os dados econômicos indicam que o PIB, e conseqüentemente o volume de serviços de transporte, voltaram a crescer após dois anos consecutivos em queda. Por sua vez, a inflação e a taxa básica de juros bateram recordes de baixa, embora o preço dos combustíveis tenha aumentado significativamente, e o saldo da balança comercial foi o maior da série histórica. Contudo, o desemprego, ainda que em queda, continua alto, e o Estado enfrenta um grave problema fiscal. Neste contexto, a expectativa para 2018 é de otimismo moderado, uma vez que, para dar solidez ao crescimento, o governo precisa realizar fortes investimentos em infraestrutura, prosseguir com a agenda de reformas, intensificar o programa de concessões federais, simplificar o sistema tributário e melhorar o ambiente de negócios. Essas ações terão efeitos positivos para o transporte e irão aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, impulsionando o desenvolvimento econômico.

¹ *World Economic Outlook Update*, janeiro de 2018.

² Essa informação está na edição de 26 de janeiro de 2017 da pesquisa Focus, a mais recente até a data desta publicação.

³ A queda nos preços dos alimentos, em especial da alimentação em domicílio, é explicada principalmente pelos níveis recordes da safra agrícola de 2016/2017, que ficou cerca de 30% acima da safra anterior.

⁴ Notas econômico-financeiras para a imprensa do Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/ECOIMPrensa>

⁵ Informações compiladas pelo Banco Mundial, disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS>